

**ATA DA 29ª REUNIÃO DA
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS, CONJUNTA COM A 2ª
REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS
HÍDRICOS,
REALIZADA EM BRASÍLIA/DF**

DATA: 17/07/2002

Início: 9:55 hs

Término: 18:00 hs

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente: Júlio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
Ministério da Justiça: Hugo Suarez (hugosuarez@mj.gov.br)
Ministério da Integração Nacional: Demetrios Christofidis (demetrios.christofidis@integracao.gov.br)
Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República: (ausência)
Agência Nacional de Águas: Jair Sarmento da Silva (jairsarmento@ana.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Sudeste: Luiz Roberto Moretti (lmoretti@sp.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Nordeste: (ausência justificada)
Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário: Raymundo Peixoto Bittencourt Filho
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)
Indústrias: Maria Luiza Werneck (mwerneck@cni.org.br)
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Leila Pereira dos Passos (lppassos@algar.com.br)
Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas: Carlos Eduardo Nascimento Alencastre (comitepardo@recursoshidricos.sp.gov.br)
Organizações não governamentais: (ausência)

CONVIDADOS:

Ana Cristina Monteiro Mascarenhas - SRH/MMA (ana-cristina.mascarenhas@mma.gov.br)
Adélia Japiassu Leal - MCT (ajapiassu@mct.gov.br)
Alexandre Camarano - MIN (mpersechini@uol.com.br)
Carlos Luiz Regazzi Filho - CNI (cregazzi@cni.org.br)
Célia Cristina Moura Pimenta - ANA (celiacristina@ana.gov.br)
Dalto Fávero Brochi - Consórcio Piracicaba, Capivari e Jundiá (dalto@agua.org.br)
Dalvacir Evaristo Cruz Cunha Reis - ANA (dalvacireis@ana.gov.br)
Décio Michellis Jr. - ENERPEIXE/Grupo Rede (rela@zaz.com.br)
Ednaldo Mesquita Carvalho - SRH/MMA (ednaldo.mesquita@mma.gov.br)
Eliseu Itiro Ayabe - DAEE/SP (eayabe@sp.gov.br)
Francisco Evandro Parreira - SRH/MMA (evandro.parreira@mma.gov.br)
Francisco Lopes Viana - ANA (fcoviana@ana.gov.br)
Gustavo O. Campos SRH/MMA (gocampos@zipmail.com.br)
Hidely Grassi Rizzo - ANA (hidely@ana.gov.br)
Jairo dos Santos Lousa - CNA (lousa@o2.net.br)
Jorge Thierry Calasans - ANA (thierry@ana.gov.br)
Jörgen Loeuwestein - SRH/MMA (jorgenml@yawl.com.br)
José Cisino Santos Lopes - AIBA/BA (cisino@aiba.com.br)
José Vicente Marin - AGUDF/FIPLAC (jvmarin@ig.com.br)
Luiz Carlos Ramos de Lima (lclima@terra.com.br)
Luiz Fernando de Arruda Gonçalves - COPEL/PR (luiz.goncalves@copel.com)
Marcelo Taylor de Lima - CNI (marcelo.taylor@cvrd.com.br)
Maria Cristina Yuan - IBS (crisyuan@ibs.org.br)
Maria de Fátima Araújo Paiva - ANA (fpaiva@ana.gov.br)
Martha Maria Fialho Pedrosa - SRH/MMA (marthapedrosa@hotmail.com)
Mônica Tavares Rocha - SRH/MMA (mrocha@snirh.gov.br)
Nestor da Costa Borba - SRH/MMA (nestor.borba@mma.gov.br)
Oiana Cardoso Filho - SRH/MMA (cardosooiana@zipmail.com.br)
Otavio R. Maghelly - FAESP/SP (de@faespsepar.com.br)
Patrícia Helena Gambogi Boson - IBRAM (tita@net.em.com.br)
Patrícia Rejane Gomes Pereira - SEMARH/DF (prejane@yahoo.com.br)
Raymundo José Santos Garrido - SRH/MMA
Rebeca Bezerra Magalhães - CNA (rebecabrasil@zipmail.com.br)
Roberto Alves Monteiro - SRH/MMA (roalmonste@ig.com.br)
Rodrigo Speziali de Carvalho - IGAM/MG (speziali@igam.mg.gov.br)
Rosa Helena Martins - CETESB/SP (rosam@cetesb.sp.gov.br)
Valéria Almeida Lopes de Faria - CEMIG/MG (vfaria@cemig.com.br)
Virgínia Olga Koeche Müzell - SEMA/RS (virginiaom@sema.rs.gov.br)

RELATORES:

Ednaldo Mesquita Carvalho (ednaldo.mesquita@mma.gov.br)

Rachel Landgraf de Siqueira (rachel.siqueira@mma.gov.br)

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

Wilson de Azevedo Filho (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Pauta: Abertura; **Apresentações:** Fundamentos e objetivos da proposta de resolução “Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos”, Pontos principais do PL nº 6.979/02, Substitutivo ao PL nº 1.616/99 (**Anexo I**), Marcos regulatórios setoriais e rebatimentos na institucionalização da cobrança pelo uso de recursos hídricos, Formação de preços e considerações dos setores Concessionárias de Geração Hidrelétrica, Mineração e Irrigação; **Início da análise da Proposta de Resolução** que estabelece diretrizes gerais para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos (**Anexo II**); e **Encerramento.** **Abertura:** O Dr. Júlio Thadeu Kettelhut, presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, deu boas vindas a todos dizendo que o assunto “cobrança” é importante no contexto da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Informou que a programação do dia foi discutida na primeira reunião da CT de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB e que as apresentações agendadas representam um primeiro passo para a discussão da proposta de resolução que não poderia ser iniciada sem o conhecimento do que pensam e pretendem os diversos segmentos ligados ao uso ou gestão das águas. O Dr. Décio Michellis Júnior, presidente da CTCOB, agradeceu a presença de todos e disse que a principal meta da câmara é legitimar o processo de cobrança onde a parte legal não é considerada o maior desafio, e sim, fazer com que quem for pagar possa enxergar os benefícios que poderá obter. O importante é que as expectativas de todos os segmentos sejam manifestadas e atendidas. **Apresentações:** 1ª apresentação: Fundamentos e objetivos da proposta de Resolução de cobrança pelo uso dos recursos hídricos, por Júlio Thadeu Kettelhut (**Anexo III**); 2ª apresentação: Pontos principais do PL nº 6.979/02, por Maria Luiza Werneck (Confederação Nacional das Indústrias); 3ª apresentação: Substitutivo ao PL nº 1.616, por Dalto Favero Brochi; 4ª apresentação: Marcos regulatórios setoriais e rebatimentos na institucionalização da cobrança pelo uso de recursos hídricos, por João Mário Martins; 5ª apresentação: Considerações sobre impactos da cobrança, sugestões de teto de valor a ser cobrado, cronograma de implantação da cobrança, uso insignificante e características específicas do segmento mineração, por Patrícia Boson (**Anexo IV**); 6ª apresentação: Considerações sobre impactos da cobrança no segmento Irrigantes, por José Cisino Lopes (**Anexo V**); 7ª apresentação: Sugestões para avaliação da CTCOB e CTIL, pelo segmento das Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica, por Décio Michellis (**Anexo VI**); 8ª apresentação: Formação de preços, por Raymundo José Santos Garrido, Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente. O Dr. Júlio Thadeu comentou que apesar do convite para as apresentações ter sido feito dentro da CTCOB, o mesmo se estende aos membros da CTIL ou a qualquer outro segmento que queira se manifestar. Disse que logo após a apresentação do Dr. Garrido, seria dado o intervalo para o almoço e as pessoas poderiam se inscrever para manifestações na parte da tarde. Foi dado o intervalo para o almoço às 13h25. A reunião começou às 15h30 com alguns comentários do Dr. Francisco Lopes Viana, superintendente de Outorga da ANA, seguindo a ordem das inscrições. O Dr. Viana parabenizou a organização da CTCOB pelo cuidado com que foi proposto o plano de trabalho e disse que está extremamente entusiasmado por ter a chance de atualizar seus conhecimentos dentro da rotina do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Ressaltou a questão da dominialidade onde existe o desafio de se gerenciar águas de domínios distintos dentro do pensamento de que são integradas (pressupostos da Lei nº 9.433/97: participação e descentralização) e chamou a atenção para que, mesmo com a descentralização, é preciso haver ordenamento de deveres: a formatação do processo de uso da água, bem como a decisão de onde e como aplicar recursos financeiros, será feito em conjunto com a sociedade, dentro do comitê, mas a “conta” para o recebimento do dinheiro oriundo da cobrança pelo uso da água é de responsabilidade do órgão outorgante, do estado ou da União. Isso está em lei. O Dr. Viana disse que gostaria de fazer uma apresentação de uma Proposta de Resolução de cobrança pelo uso de recursos hídricos quando este assunto for discutido. Em seguida, o Dr. Jairo Lousa, conselheiro titular representante do setor usuário / irrigantes, comentou o termo “cobrança” que, segundo ele, possui muitos significados que

geram preconceitos. Para o Dr. Jairo a palavra “cobrança” não é o termo ideal para estar inserido na Política Nacional de Recursos Hídricos. Explicou que foi contra a aprovação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia do rio Paraíba do Sul porque a fórmula a ser aplicada, e já aprovada, terá que ser sempre adequada aos diversos setores usuários da água. Finalizou argumentando que a cobrança não é o mais importante da Lei das Águas, e sim, os Comitês de Bacias Hidrográficas e a consciência de bem estar público que deve atingir os usuários de recursos hídricos. A Dra. Patrícia Boson pediu a palavra e, entre outros assuntos, enfatizou que Comitê de Bacia Hidrográfica é órgão de Estado porque o Poder Público participa de sua formação. Possui função de Estado pois faz a gestão de um bem público: a água. Disse que os recursos financeiros oriundos da cobrança não devem ir primeiramente para o saneamento pois o estrago feito aos recursos hídricos pela falta de investimento nesse setor na bacia, não pode resultar em um preço referência a ser rateado igualmente por todos os usuários, como foi feito na bacia do rio Paraíba do Sul. A Dra. Cristina Yuan falou da sua percepção sobre a falta de conhecimento, do público em geral, do que está se tentando implementar no CEIVAP – Comitê para a Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. O trabalho a ser feito está, sim, sujeito a erros, mas todos os participantes do comitê têm consciência de que é um processo transitório, modelo experimental. O debate tem sido extremamente democrático. Partiu-se de uma premissa onde se pretendia cobrar, inicialmente, pelo uso da água, somente das quarenta maiores indústrias de cada estado e de algumas companhias de abastecimento e esgotamento sanitário, mas após um grande debate, consensou-se que a cobrança pelo uso da água deveria ser feita a todos os usuários da bacia, exceto os usos considerados insignificantes. Foi aprovada através da Deliberação CEIVAP nº 8 a fórmula para a cobrança de indústrias e de companhias de abastecimento, condicionando-se o início da cobrança, entre outros requisitos, à definição de metodologia de cobrança para os outros usos. Ressaltou a importância da participação de todos os setores interessados no tema “cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul” nas reuniões da Câmara Técnica de Cobrança do CEIVAP para que exponham suas expectativas. O Dr. Demétrios Christofidis esclareceu alguns pontos citados, anteriormente, durante as apresentações, sobre irrigação. A Dra. Fátima Paiva (Agência Nacional de Águas) comentou, entre outros assuntos, “mercado de águas” e “acionamento”. Em seguida, o Dr. Júlio Thadeu falou sobre a “cultura do fundo perdido” onde se imagina que os recursos financeiros vindos da cobrança serão mal aplicados. É preciso reforçar a idéia do financiamento. Lembrou que na Lei nº 9.433/97, onde se fala em Agências, está dito que o dinheiro arrecadado pelo uso dos recursos hídricos será depositado em uma instituição financeira gerida por agência de águas, para depois ser aplicado. Então, existe a filosofia do financiamento. Ressaltou a falta de comunicação que existe entre os órgãos gestores de recursos hídricos, entre eles mesmos, e a sociedade. Quanto ao PL nº 6.979/02, disse que é preciso ter cuidado em apoiar uma lei específica para cobrança, pois esta é extemporânea e pode impedir a continuidade da implementação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos pode “trancar” o sistema de gerenciamento de águas em determinado ponto. O Dr. Décio solicitou que a Dra. Maria Luiza, juntamente com a Dra. Cristina Yuan, face às observações anteriormente feitas sobre o PL nº 6.979/02, encaminhasse ao deputado Paulo Magalhães, relator do PL, os mesmos comentários para que quando o deputado viesse à uma reunião da CTCOB (seria feito o convite para uma apresentação do PL) ele já estivesse ciente dos questionamentos do CNRH e daí pudesse esclarecê-los. A Dra. Cristina Yuan disse que o CNRH precisa avaliar se quer apoiar a aprovação desse PL porque, convidando o deputado, cria-se um compromisso de trabalho. Houve concordância em suspender a emissão das observações ao deputado Paulo Magalhães; entretanto, o Dr. Décio solicitou o registro de seu voto contrário. A Dra. Rosa Helena Martins sugeriu uma exposição dos problemas que o CEIVAP está tendo em implementar a cobrança pelo uso dos recursos hídricos. O Dr. Jair Sarmento, superintendente de Regulação dos Usos da ANA, disse que as apresentações e comentários posteriores demonstraram, pela riqueza de informações, que existe no País uma boa experiência no início do processo de implementação da cobrança. E como, foi citada, por algumas vezes, a experiência internacional, propôs que a CTCOB convide o técnico francês, que já trabalhou em uma agência de bacia francesa, Alain Bernard, para que ele explice a experiência francesa com a cobrança pois a Lei nº 9.433 foi inspirada na lei de recursos hídricos da França. Ressaltou que a cobrança não deve ser caracterizada como imposto e sim como taxa condominial que é mais simpático para a aceitabilidade da cobrança. É a idéia da “dupla via”: aplicação dos recursos financeiros, exclusivamente, onde foi cobrado. Mas para que isso ocorra é preciso reconhecer que, ao contrário da experiência francesa, a experiência

brasileira com a cobrança tomou rumos que fazem lembrar mais um imposto do que a taxa condominial. Isso é negativo e deve ser corrigido. Quanto ao tema "PL nº 6.979/02" (**Anexo VII**) o Dr. Jair concorda que não deve entrar na pauta do CNRH, mas que é preciso que o Conselho fique atento pois o PL introduz uma série de questões preocupantes como, por exemplo, os critérios para a implementação da cobrança que é um convite ao atraso de todo o processo. O Dr. Décio retomou o que foi dito, anteriormente, pelo Dr. Júlio Thadeu, sobre o convite a todos os segmentos usuários de recursos hídricos para se manifestarem sobre os itens: considerações sobre impactos da cobrança, sugestões de teto de valor a ser cobrado, cronograma de implantação da cobrança, uso insignificante e características específicas de cada setor. Ficou combinado que os relatores da CTCOB enviarão o referido convite, para a próxima reunião conjunta da CTCOB e CTIL, aos conselheiros representantes dos setores usuários e, posteriormente, da Organização Civil e Poder Público. O Dr. Décio argumentou que mesmo que o setor entenda que não tenha uma posição definida, o objetivo das apresentações é se fazer um marco inicial de referência para discussão, mesmo que a posição seja "não possuímos opinião final formada". A Dra. Cristina Yuan pediu que a proposta base para a Resolução de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos não contenha, no mesmo documento, as duas propostas sugeridas: vindas da ANA e da Secretaria de Recursos Hídricos do MMA. Isso causou confusão no entendimento da proposta. Informou que, juntamente com a Dra. Patrícia Boson, transformou a proposta base em outro documento que subdivide o texto por assunto: Objetivos, Critérios Gerais, etc. Outros participantes da reunião concordaram e foi pedido, então, que a Secretaria Executiva do CNRH separe os textos para que facilite a visualização e análise de cada artigo da Proposta de Resolução, e que as Dras. Cristina Yuan e Patrícia Boson, também, disponibilizem, via Secretaria executiva do CNRH, o trabalho por elas realizado. O Dr. Décio lembrou que as contribuições para a Proposta de Resolução sobre cobrança já podem ser enviadas para os relatores da CTCOB. *Início da análise da proposta de resolução que estabelece diretrizes gerais para a cobrança pelo uso de recursos hídricos:* Foi adiado porque foi considerado importante fechar o ciclo de apresentações com as respectivas considerações e debates. *Encerramento:* Às 18h.

Aprovada na 31ª Reunião, realizada em 20 de agosto de 2002.

JÚLIO THADEU S. KETTELHUT
Presidente

RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA
EDNALDO MESQUITA CARVALHO
LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO
Relatores